



II CONGRESSO BRASILEIRO DE
PESQUISA E INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL DECOLONIAL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR PARA UM FUTURO ECOFEMINISTA

CAROLINA MANARA SILVEIRA; MICHELE KAUANA DE MELO GOULARTE

RESUMO

Esta pesquisa apresenta a Educação Ambiental através de um viés decolonial e feminista, com o objetivo de contribuir para sociedades mais conscientes e engajadas com o meio ambiente. E, partindo de um referencial teórico contra hegemônico, defendemos que é imprescindível aprender com outras perspectivas culturais a desenvolver uma relação de responsabilidade social com a natureza, levando em consideração outros saberes tradicionais para que também sejam inseridos nas construções teóricas gerais. Desta forma, a metodologia que utilizamos para alcançar esses objetivos foi a Leitura Imanente de Sergio Lessa (2014), uma técnica de muita relevância para a revisão bibliográfica, que consiste em um estudo sistemático de cada capítulo e parágrafo que compõe o texto, artigo ou livro de forma independente. Ao ler o pesquisador deve anotar e analisar cada parte, para que ao final tenha uma compreensão mais profunda das informações fornecidas no texto. Ao longo deste estudo, nos respaldamos através dos conceitos de grandes pesquisadoras e pesquisadores da educação, educação ambiental, sociologia e filosofia, sendo eles Bell Hooks, Vandana Shiva, Vanessa Watts-Powless, Telma Cristiane Sasso de Lima, Regina Célia Tamasso Mioto, Philippe Pomier Layrargues e Gustavo Ferreira da Costa Lima, pois acreditamos que o conhecimento deve ser construído através de uma interdisciplinaridade de ideias. E embora esta pesquisa ainda esteja em desenvolvimento, o que podemos concluir é que ao considerar legítimas outras visões de mundo, abrimos espaço para um diálogo enriquecedor e para a coexistência de tendências que podem contribuir para a construção de um futuro mais equitativo e ambientalmente responsável.

Palavras-chave: Educação libertadora; Meio ambiente; Feminismos; Contra hegemonia; Consciência crítica.

1 INTRODUÇÃO

O atual colapso ambiental que experimentamos é uma consequência direta de um extenso processo de estabelecimento de um sistema econômico cujo sustentáculo reside na superexploração do ser humano e da natureza. Ao longo da história, esse sistema foi moldado pelas colonizações europeias e fundamentado por uma perspectiva ideológica patriarcal de dominação. Visto isso, é de extrema importância que tomemos medidas efetivas para a mudança desse panorama. E utilizando a Educação Ambiental como uma valiosa ferramenta de conscientização social, fomentando a educação como uma prática de liberdade engajada com os problemas sociais e ambientais.

Este estudo tem por objetivo legitimar através de uma perspectiva decolonial e feminista, como outras culturas e visões de coexistência com a natureza devem ser consideradas pelos teóricos sociais nas suas construções de mundo. E como a educação ambiental pode contribuir para a busca desses novos horizontes, visando um futuro de respeito mútuo entre humano e meio ambiente. É válido pontuar que esta pesquisa corresponde a temática do II

Congresso Brasileiro de Pesquisa e Inovação em Educação na categoria de Educação e Meio Ambiente. E que possui relevância política e social, uma vez que é previsto em Lei (Lei n. 9795) o direito à educação ambiental, pois é “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Brasil, 1999, Art.1º).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de natureza teórica, onde a revisão bibliográfica foi a base de toda trajetória desta pesquisa. A forma técnica que organizamos esse estudo foi fundamentado sobre o conceito de Leitura Imanente de Sérgio Lessa (2014), isto é, um estudo sistemático de cada capítulo e parágrafo que compõe o texto, artigo ou livro de forma independente. Segundo Lessa (2014, p. 69), a técnica da leitura imanente é um “conjunto de procedimentos para uma compreensão profunda do texto”. Esses conjuntos consistem em anotações e análises (de cada parágrafo e capítulo) tornando visível a construção das ideias ao longo do texto, sempre retornando a leitura cada vez que permanecer dúvidas. E pensando nesses momentos de dúvida, Lessa desenvolveu o esquema de pergunta: “o texto afirma x e, em seguida, y. Depois de y, afirma z. O que ele quer dizer com y nesse contexto?” (Lessa, 2014, p. 69). Assim, o processo possibilita que o pesquisador solucione suas dúvidas de forma gradativa enquanto conclui a sua leitura.

A revisão bibliográfica se mostra uma ferramenta metodológica de extrema importância, pois, “vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente.” (Lima; Mioto, 2007, p. 44).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para refletir sobre o papel da Educação Ambiental decolonial como uma valiosa contribuição para sociedades mais engajadas com o meio ambiente, é necessário que comecemos pelo começo! Antes de tudo, precisamos entender o papel da educação. Para isso, nos respaldamos nas ideias da autora Bell Hooks que trabalhou largamente com a concepção de “educação como prática de liberdade” (Hooks, 2013, p. 25), através da influência de Paulo Freire, em seu livro *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* (2013). Hooks, no seu conceito de Pedagogia Engaja, compreende a pedagogia não apenas como uma prática educacional, mas também como uma ação política e emocional. A partir das abordagens da pedagogia crítica, pedagogia anticolonial e pedagogia feminista, Hooks propõem a reflexão sobre práticas pedagógicas que permitam que a educação se torne uma prática libertadora e de cura. O feminismo foi a chave de entrada de Hooks para o mundo acadêmico, de forma que ela entende a pedagogia anticolonial como uma prática que assume pautas raciais e de gênero, e isto, segundo a autora são temas que se conectam quando enxergamos a pedagogia de forma crítica. Hooks (2013) afirma

Minhas práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras. Essa mistura complexa e única de múltiplas perspectivas tem sido um ponto de vista envolvente e poderoso a partir do qual trabalhar. Transpondo as fronteiras, possibilitou que eu imaginasse e efetivasse práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo) e ao mesmo tempo proporcionam novas maneiras de dar aula a grupos diversificados de alunos. (Hooks, 2013, p. 20).

E pensando na educação como essa prática libertadora e conscientizadora,

compreendemos, assim como a Bell Hooks, a necessidade de existir uma relação entre os conteúdos lecionados com as experiências de vida dos alunos e também dos professores, para que dessa forma haja um entendimento mais totalitário dos acontecimentos do mundo. Nas palavras da autora

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda a sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que está fortalecido e capacitado por esse processo. (Hooks, 2013, p. 35)

Logo, ao apropriar-se desses conhecimentos e transmiti-los dentro de uma perspectiva de educação como prática de liberdade, capacita pessoas a conhecerem sua realidade e refletirem sobre ela de forma crítica.

E utilizando essa perspectiva de educação, defendemos que só é possível uma significativa mudança na relação homem/natureza, quando descolonizarmos nosso olhar, e como Bell Hooks que defendia uma educação antirracista, feminista e anticolonial, nós defendemos que é possível haver mudanças, através de uma Educação Ambiental feminista e decolonial, que legitime outras interpretações de mundo e natureza, além de óptica ocidental/europeia.

Ao nos debruçarmos na concepção decolonial sob a perspectiva feminista, precisamos primeiramente entender a estrutura social em seu contexto geral. Para chegar a esse resultado, buscamos direcionamento nas ideias da socióloga e antropóloga Vanessa Watts-Powless (2017), pertencente ao grupo nativo Haudenosaunee, no Canadá. Onde a autora nos traz uma perspectiva de criação de mundo e relação homem/natureza fundamentadas na sua cultura. Segundo Watt-Powless (2017) as concepções cosmológicas das populações originárias constroem relações entre humano e natureza como uma existência única e intrínseca que dependem mutuamente uma da outra para existir. Na visão dessas sociedades, a natureza é uma extensão de si mesmos, onde a Terra é a mãe criadora de todas as espécies. Powless (2017) é objetiva quando elucida que

Nossa verdade, não só dos povos Anishnaabe e Haudenosaunee, mas da maioria das sociedades indígenas, é que nós (humanos) somos feitos de terra; nossa carne é literalmente uma extensão da terra. A terra é entendida como feminina: Primeira Mulher designou o início do mundo animal, do mundo das plantas e dos humanos. Foi a própria feminilidade da terra que instituiu todos os seres como corporificações literais de significados localizados (TRASK, 1999; PESANTUBBEE, 2007). Em nossa compreensão de como a vida começou (vida dos seres humanos), é aceito que as criaturas, a terra e o planeta já existiam muito antes de nós. (Watts-Powless, 2017, p. 261).

A autora esclarece que na visão das culturas indígenas a relação homem/natureza está totalmente conectada um ao outro, uma vez que o humano e não humano compõem juntos o significado da existência do mundo. E enraizado nessa relação entre o humano e não humano está o princípio fundador do mundo, a ideia de feminino como gerador de todas as coisas, a Mulher-céu. E, através de seu prisma indígena, Powless (2017) explica como foi a criação do mundo para os povos nativos

De acordo com os Haudenosaunee, a Mulher Céu caiu por um buraco no céu. John Mohawk (2005) descreve sua jornada em direção às águas abaixo. Em sua queda, a Mulher Céu caiu através das nuvens e do ar em direção às águas abaixo. Durante sua queda, os pássaros puderam ver essa criatura em queda e ver que ela não podia voar. Eles foram até ela e a ajudaram a desacelerar sua queda até as águas abaixo dela. Os pássaros disseram à Tartaruga que ela precisava de um lugar para pousar, já que ela

não tinha nadadeiras. A Tartaruga emergiu, subindo à superfície das águas de modo que a Mulher Céu pudesse pousar em suas costas. Uma vez sobre a Tartaruga, a Mulher Céu e a Tartaruga começaram a formar a Terra, e a Terra é uma extensão de seus corpos. (Watts-Powless, 2017, p. 251).

A socióloga também levanta uma crítica bastante pertinente quanto a relação totalmente desconexa de pertencimento das sociedades não indígenas com a natureza. Uma vez que ao longo do tempo os processos de colonização foram desenvolvendo uma interpretação de relação homem/natureza pautadas no cristianismo e principalmente no sistema capitalista. Segundo Watts-Powless (2017, p. 260)

as interpretações coloniais de natureza/criação que atuam para centralizar o humano e deslocar a natureza à periferia em uma relação de exclusão. Terra torna-se dimensionada e modificada em termos de progresso e avanço. Historicamente, a medida da interação colonial com a terra tem sido de violência e individualizações demarcadas, onde a terra está para ser explorada, não para aprendermos com ela e sermos parte dela.

Ao entender essa visão de mundo se torna compreensível porque a relação humano/natureza entre os povos indígenas se dá através de uma coexistência pacífica, “como povos indígenas, nós somos extensões da própria terra sobre a qual caminhamos, então nós temos a obrigação de manter a comunicação com ela.” (Watts-Powless, 2017, p. 255).

No seu texto a pesquisadora questiona “o que acontece quando maneiras indígenas de se relacionar com a terra são baseadas em uma conexão essencial e literal com o feminino?” (Watts-Powless, 2017, p. 267). A pergunta proposta pela socióloga amarrou perfeitamente nossa perspectiva decolonial dentro do viés feminista, e nos conduziu de encontro as contribuições ecofeministas da pesquisadora indiana Vandana Shiva.

Nos seus textos *Reduccionismo e regeneração: uma crise na ciência*, publicados no livro *Ecofeminismo* em 1993 e *prefacio a la nueva edición*, publicado no livro *Ecofeminismo: teoría, crítica y perspectiva* em 1997, Shiva explica que a exploração dos recursos naturais está intrinsecamente ligada ao patriarcado por meio de uma mentalidade de dominação e controle. Ela argumenta que o sistema patriarcal busca impor uma visão hierárquica de poder sobre a natureza e sobre as mulheres, considerando-as como entidades passivas e passíveis de serem exploradas e dominadas. Shiva debate que as mulheres, que historicamente foram marginalizadas e subordinadas dentro da estrutura patriarcal, são as mais afetadas pela destruição ambiental. Elas muitas vezes têm uma relação mais próxima com a terra, sendo responsáveis pela agricultura, pela coleta de água e pela gestão dos recursos naturais em muitas comunidades. Portanto, quando esses recursos são degradados ou esgotados, as mulheres sofrem um impacto direto em suas vidas e sustentabilidade. Shiva (1997) afirma que:

Tenho enfatizado repetidas vezes que a violação da Terra e a violação das mulheres estão intimamente relacionadas: tanto metaforicamente, na determinação das cosmovisões, como materialmente, na determinação da vida quotidiana das mulheres. A maior vulnerabilidade econômica das mulheres torna-as mais indefesas contra todas as formas de violência, incluindo a agressão sexual, como observámos numa série de sessões públicas - organizadas pela Comissão Nacional da Mulher e pela Fundação para a Investigação em Ciência, Tecnologia e Ambiente - sobre o impacto das reformas econômicas nas mulheres (Shiva, 1997, p. 21).

Ao escrever sobre ecofeminismo, Shiva entende que todo domínio e exploração da natureza são expressões do patriarcado e que possuem sua base em um princípio científico reducionista e mecanicista de ver e explicar o mundo (Shiva, 1997). E em contraposição a isso a pesquisadora indiana luta por justiça ambiental e de gênero, buscando abordagens que

reconheçam e corrijam as desigualdades sistêmicas que afetam tanto as mulheres quanto o meio ambiente.

Visto isso, é possível notar que a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas se dá justamente através do estudo dos processos históricos da humanidade. Entender como se deu início às ideias hoje difundidas nas sociedades possibilita uma visão crítica da sociedade em que vivemos. E entender a Educação Ambiental imersa em um campo social nos proporciona um leque enorme de possibilidades de um panorama pluridisciplinar, sendo possível debater definições e conceitos, e percorrer um caminho mais consciente nas relações sociais e suas reflexões políticas (Layrargues; Lima, 2014). Segundo Layrargues e Lima (2014, p. 25-26) esse posicionamento “agrega também a percepção do movimento e da coexistência entre tendências que disputam a dinâmica da hegemonia deste campo”. É possível desenvolver uma sociedade com consciência e responsabilidades ambientais, quando rompemos com paradigmas pré-estabelecidos por culturas hegemônicas e passamos a considerar como legítimas outras visões de mundo e de relação com a natureza.

4 CONCLUSÃO

Ao longo deste texto buscou-se refletir a Educação Ambiental enquanto uma prática de liberdade, capaz de conscientizar e fomentar o pensamento crítico social. E utilizar a perspectiva decolonial ecofeminista como uma proposta essencial para a mudança que necessitamos. Neste contexto, a conclusão que se desenha é a de que a construção de uma sociedade mais consciente exige não apenas a revisão de conceitos e definições, mas também uma transformação profunda na maneira como percebemos e nos relacionamos com o meio ambiente. Ao considerar legítimas outras visões de mundo, abrimos espaço para um diálogo enriquecedor e para a coexistência de tendências que podem contribuir para a construção de um futuro mais equitativo e ambientalmente responsável. Assim, ao trilharmos um caminho mais consciente nas relações sociais e políticas, estamos potencialmente moldando um futuro onde a harmonia entre a sociedade e o meio ambiente é não apenas desejável, mas alcançável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9795 - 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 1999. Capítulo I, Art. 1º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 25 nov. 2023.

HOOKS; B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo **Martins Fontes**, 2013 p. 9-36

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G.F.C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 1, 14 jun., 2014 p. 23-44

LESSA, S. O revolucionário e o estudo: Por que não estudamos? São Paulo. **Instituto Lukács**, São Paulo, 2014 p. 68-73

LIMA, T.C.S; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, 2007 p. 37-45

VANDANA, S. Reduccionismo e regeneração: uma crise na ciência. In: SHIVA, V.; MIES, M.

Ecofeminismo. **Instituto Piaget**, Lisboa, 1993 p. 79-95

VANDANA, S. Prefacio a la nueva edición. In: SHIVA, V.; MIES, M. Ecofeminismo: teoría, crítica y perspectiva. Barcelona. **Icaria Antrazyt Mujeres, Voces y Propuestas**, 1997 p. 17-28

WATTS-POWLESS, V. Lugar-pensamento indígena e agência de humanos e não humanos (A primeira mulher e a mulher céu embarcam numa turnê pelo mundo europeu!). **Espaço Ameríndio**. Porto Alegre, v. 11, n. 1, jan./jun. 2017 p. 250-272